



Demonstrações Financeiras do Exercício de 2018

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) submete a apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e suas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício 2018, acompanhado dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Tais documentos foram elaborados na forma dos dispositivos contidos na Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações.

A história da DESO é marcada pelo desafio de garantir o bem comum da população por meio da operação do saneamento básico com qualidade e eficiência. Criada em 26 de agosto de 1969, através do Decreto-Lei Estadual nº 109, a Companhia de Saneamento de Sergipe é uma Empresa de Economia Mista, objetivando a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do Estado de Sergipe.

Com sede em Aracaju, a empresa é controlada pelo Governo do Estado de Sergipe, operando em 74 municípios do Estado, incluindo 71 sedes municipais e parte dos municípios de São Cristóvão, Capela e Estância e mais de 600 localidades no Estado. Apenas o município de Carmópolis é atendido em sua totalidade pela Prefeitura Municipal. Em 2018, a DESO investiu cerca de R\$ 76 milhões em obras e serviços de implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em todo o território do Estado, oriundos de recursos próprios e de convênios com os Governos Estadual e Federal.

No que se refere à produção e distribuição de água, a DESO vem realizando grandes investimentos em todas as regiões do Estado, totalizando aproximadamente R\$160 milhões nos últimos quatro anos, com destaque para as obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado do Alto Sertão (70% das obras concluídas,

abrangendo os municípios de Frei Paulo, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis e São Miguel do Aleixo), Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado de Umbaúba, Itabaianinha e Tomar do Geru (82% das obras concluídas) e Implantação do Sistema de Abastecimento Integrado do Poxim (88% das obras concluídas, abrangendo os municípios de Aracaju e São Cristóvão); além de ter licitado e contratado as obras de Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água do Agreste (Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, Macambira e São Domingos) e do Piauitinga (Salgado, Lagarto, Simão Dias, Poço Verde e Riachão do Dantas). Desta forma, a DESO vem se consolidando como uma referência no nordeste no que se refere a segurança hídrica, garantindo o abastecimento de água da população sergipana para os próximos 30 anos.

Quanto à coleta e tratamento de efluentes domésticos, foram investidos nos últimos quatro anos aproximadamente R\$ 230 milhões em todo o Estado, visando a garantia de mais saúde e de qualidade de vida, contribuindo significativamente para a despoluição de diversos corpos hídricos no Estado, com destaque para as obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Aracaju (Farolândia, Grageru, Atalaia, Coroa do Meio, Santa Maria, Jardins, Aeroporto e Santa Tereza) e implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Municípios de Lagarto, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Estância (Praia do Saco), São Cristóvão, Itabaiana, Pacatuba, Itabi, Pacatuba e São Francisco;

Em Aracaju, os investimentos dos últimos quatro anos proporcionaram a ampliação da cobertura de coleta e tratamento de efluentes domésticos de 30% para 50%, com previsão de cobertura de 90% após a conclusão das obras de Ampliação do Subsistema de Esgotamento Sanitário ERQ-Norte e da Implantação do Subsistema de Estamento Sanitário ERQ-Jabutiana, cujas obras foram licitadas em 2018, representando

um investimento de aproximadamente R\$ 200 milhões e beneficiando aproximadamente 250 mil habitantes.

Além da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários, a redução de perdas de água e eficiência energética é um dos principais objetivos estratégicos da DESO. Para tanto a Companhia vêm aprimorando seu Programa de Redução de Perdas Reais, com instalação de macromedidores e válvulas redutoras de pressão, isolamento de distritos de medição de controle, pesquisa de vazamentos invisíveis em redes e ramais, remanejamento e substituição de ramais e redes de distribuição e regularização de ligações clandestinas.

Quanto a responsabilidade socioambiental, a DESO preza pelo atendimento aos princípios e pressupostos da sustentabilidade com a sistematização das suas ações, visando o acolhimento de uma filosofia sustentável para o alcance de um modelo de gestão baseado em aspectos planejados, éticos, sociais, educacionais e econômicos, além de firmar uma imagem positiva perante a sociedade. Em 2018 foram realizadas Palestras e Seminários em diversas escolas do Estado, visando despertar a sensibilidade dos alunos e discentes a respeito das questões ambientais, além do plantio de aproximadamente 50.000 mil mudas e nativas da Mata Atlântica e de Eucaliptos, nas margens de rios, nascentes e unidades operacionais.

Demos mais um importante passo em 2018 para assegurar a excelência na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o Estado. Nossa empresa, em especial os nossos empregados, são os veículos para proporcionar a melhoria que almejamos para a toda a sociedade. Seguimos cientes da nossa missão: Promover a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, através de soluções efetivas e participativas, para melhoria da qualidade de vida da população.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

	R\$(1) 31/12/2018	R\$(1) 31/12/2017
CIRCULANTE	164.437.780	140.661.349
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.199.349	9.980.439
Caixa e bancos	2.384.139	1.233.939
Aplicações de liquidez imediata	6.815.210	8.746.500
DIREITOS REALIZÁVEIS	155.238.431	130.680.910
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	145.510.797	121.924.446
Estoques (Nota 3)	2.103.438	3.059.449
Outras créditos	7.624.196	5.697.015
NÃO-CIRCULANTE	1.554.637.757	1.513.569.483
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.481.275	1.488.955
Depósitos judiciais	5.481.275	1.488.955
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.549.156.482	1.512.080.528
TOTAL DO ATIVO	1.719.075.537	1.654.230.832

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO

	R\$(1) 31/12/2018	R\$(1) 31/12/2017
CIRCULANTE	112.047.250	117.587.751
Fornecedores	44.303.298	52.317.455
Retenções contratuais	1.011.185	1.026.006
Provisão de férias e gratificação	11.184.972	10.267.992
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	2.424.712	1.011.238
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	12.954.876	12.196.419
Empréstimos e financiamentos (6)	35.613.448	30.444.826
Parcelamentos (Nota 7)	3.699.070	9.122.289
Consignações a recolher	725.964	724.485
Salários e ordenados a pagar	13.835	361.151
Outros débitos	115.890	115.890
NÃO-CIRCULANTE	225.485.677	170.597.639
Parcelamentos (Nota 7)	34.359.931	42.636.026
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	41.111.681	29.948.551
Provisão Para Contingências (nota 8)	12.697.671	9.271.017
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	137.316.394	88.742.045
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.381.542.610	1.366.045.442
Capital realizado (Nota 11)	899.488.607	899.488.607
Subscrito	899.488.607	899.488.607
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Reservas de Lucros	331.430	128.954
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 10)	674.660.189	663.212.541
Prejuízos Acumulados	-213.049.999	-216.897.043
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.719.075.537	1.654.230.832

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	R\$(1) PERÍODOS 1/1/2018 A 31/12/2018	R\$(1) PERÍODOS 1/1/2017 A 31/12/2017
Receita Operacional Líquida (Nota 13)	570.940.175	525.154.534
Custo dos Serviços (Nota 14)	-425.644.071	-309.835.896
Lucro Bruto	145.296.104	215.318.638
Despesas Operacionais	-137.845.148	-200.053.219
Comerciais (Nota 15)	-66.331.810	-87.789.648
Administrativas (Nota 15)	-66.718.726	-112.415.640
Despesas fiscais e tributárias	-5.255.675	-2.648.027
Outras Receitas(despesas operacionais)	461.063	2.800.096
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	7.450.956	15.265.419
Receitas (Despesas) Financeiras	-3.060.021	-11.725.248
Receitas	7.858.135	983.904
Juros e encargos financeiros	-9.749.145	-10.092.623
Variações Monetárias	-1.169.011	-2.616.529
Lucro antes dos Impostos e contribuições	4.390.935	3.540.171
Imposto de Renda e Contribuição Social	-341.415	-725.851
Lucro Líquido do Exercício	4.049.520	2.814.320
Lucro por Ação do capital social		
(por lote de 1.000 ações)	0,39077575	0,27157984
Quantidade de Ações	10.362.771.972	10.362.771.972

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	R\$ (1) PERÍODO DE 1/1/2018 A 31/12/2018	R\$ (1) PERÍODO DE 1/1/2017 A 31/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.049.520	2.814.320
1-Lucro Líquido do Período	4.049.520	2.814.320
2-Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido Aplicado/obtido nas/das atividades operacionais:	81.303.054	88.630.171
Depreciação e amortização	40.793.251	38.952.911
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	-	22.773
Provisão p/perdas na realização de créditos	29.406.242	38.290.814
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	-	9.972.202
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	9.934.550	9.972.202
Varição monetária sobre financiamentos	1.169.011	2.616.529
Ajustes de Exercício Anterior	-	-1.225.058
3- Total(1+2)	85.352.574	91.444.491
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:		
Clientes	-52.992.593	-45.054.573
Estoques	956.011	-914.954
Outros créditos	-1.927.182	-1.016.471
Outras contas ativas de longo prazo	-3.992.319	-1.488.955
Fornecedores	-6.600.685	10.918.094
Retenções contratuais	-14.822	21.153
Contas a pagar	-	-14.458.056
Outros débitos	3.426.653	1.013.873
Impostos, taxas e contribuições diversas	395.051	-853.069
Consignações a recolher	1.478	-83.833
Provisão p/ Férias e Gratificação	916.981	477.692
Salários e Encargos a pagar	-4.749.609	-952.169
Recursos Vinculados a Convênios	48.574.349	59.102.667
4-Total Aumento(diminuição) Contas do Circulante	-16.006.688	6.711.399
5-CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS(3+4)	69.345.886	98.155.890
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-77.869.205	-120.283.691
6-CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-77.869.205	-120.283.691
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adiantamento p/futuro aumento de capital	11.447.648	29.371.037
Parcelamento de Dívidas Tributárias	-	26.159.800
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	-11.005.959	-34.675.949
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	39.000.000	32.986.323
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	-31.699.461	-31.507.943
7-CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	7.742.228	22.333.268
8-AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES (5+6+7)	-781.091	205.467
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO	9.980.439	9.774.972
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	9.199.348	9.980.439

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2017 A 31/12/2018)

R\$(1)

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
ESPECIFICAÇÕES						
SALDOS EM 31/DEZ/16	899.488.607	20.112.383		-218.357.351	633.841.504	1.335.085.143
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					29.371.037	29.371.037
RESULTADO DO EXERCÍCIO				2.814.320		2.814.320
RESERVA LEGAL			128.954	-128.954		
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS				-1.225.058		-1.225.058
SALDO EM 31.12.2017	899.488.607	20.112.383	128.954	-216.897.043	663.212.541	1.366.045.442
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					11.447.648	11.447.648
RESULTADO DO EXERCÍCIO				4.049.520		4.049.520
RESERVA LEGAL			202.476	-202.476		
SALDO EM 31.12.2018	899.488.607	20.112.383	331.430	-213.049.999	674.660.189	1.381.542.610

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Jethro Duarte Moreira
Diretor-Presidente

Haroldo Anderson Deda Filho
Dir. Gestão Corporativa

José Edson Leite Barreto
Dir. De Meio Ambiente e Expansão

Carlos Anderson Silveira Pedreira
Diretor de Operações

Wanderlé Dias Correia
Dir. Comercial Financeiro

Gilson Ribeiro de Jesus
Contador CRC\SE 1923

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Valores Expressos em R\$(1)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;
- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;
- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;
- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;
- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGÊNCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 14 (CATORZE) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 81% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2018, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./18 e 31/dez./17 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941./09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

b) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas,

podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

c) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

d) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes ate a data do balanço.

e) CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados os ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Particulares	261.476.150	252.053.266
Público	155.608.207	116.172.480
Contas a Faturar	36.011.858	31.877.876
(-) Perdas Prováveis c/Clientes	(307.585.418)	(278.179.176)
Contas a Receber, líquido	145.510.797	121.924.446

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram debitados ao resultado do exercício de 2018 com base nos seguintes critérios:

Contabilização como despesas no exercício de 2018 o montante de R\$ 29.406.242 atribuído às Perdas do período e formação de provisão.

f) ESTOQUES

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Almoxarifado Central	2.103.438	3.059.449
TOTAL	2.103.438	3.059.449

g) IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda. A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./18

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.167.512.815	443.722.847	723.789.968
Sistema de Esgoto	367.930.465	78.802.517	289.127.948
Bens de Uso Geral	35.668.540	24.079.475	11.589.065
Subtotal em Operação	1.571.111.820	546.604.839	1.024.506.981
Obras em Andamento	524.649.501		524.649.501
TOTAL GERAL	2.095.761.321	546.604.839	1.549.156.482

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./17

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.118.291.315	412.059.148	706.232.167
Sistema de Esgoto	347.070.689	71.670.749	275.399.940
Bens de Uso Geral	32.727.746	22.081.691	10.646.055
Subtotal em Operação	1.498.089.750	505.811.588	992.278.162
Obras em Andamento	519.802.366		519.802.366
TOTAL GERAL	2.017.892.116	505.811.588	1.512.080.528

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIACÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

h) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

i) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos ate 31/dez./18. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

j) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2018	2017
Energisa	2.424.712	1.011.238
TOTAL	2.424.712	1.011.238

NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Cofins	2.341.136	2.034.376
Imposto de Renda Retido na Fonte	2.995.888	3.208.522
FGTS	1.407.113	1.297.554
INSS	4.752.424	4.543.475
PIS PASEP	505.600	441.464
Outros	952.715	671.028
TOTAL	12.954.876	12.196.419

NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
BANCO SOFISA SA CT 92582	4.792.734	2.518.424	7.311.158	AGO/2020	5,54	CDI
BANCO SOFISA SA CT 92778	4.745.859	3.491.440	8.237.299	NOV/2020	5,54	CDI
BANCO SOFISA SA CT93439	452.484	9.677.361	10.129.845	OUT/2021	4,91	CDI
Bc Brasil ct 40000095	211.323	731.112	942.435	JAN/2025	6,00	
B. Brasil Finame ct 400000079	43.954	145.017	188.971	JAN/2024	3,00	-
Bc. do Brasil 361.100.008.00001	2.545.450		2.545.450	OUT/2019	10,00	CDI
Instituto Assistencial da DESO	11.576.177	7.622.053	19.198.230	SET/2020	10,3	CDI
Banco Daycoval ct 82282-7	6.129.880	14.281.879	20.411.759	MAI/2022	4,28	CDI
BC NORDESTE 520178655426	5.115.587	2.644.395	7.759.982	NOV/2020	1,16	SELIC
TOTAIS	35.613.448	41.111.681	76.725.129			

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 3,00% a 12,68% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimentos final para JANEIRO de 2025

NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
Parcelamento PERTIRFB COFINS	874.034	8.347.784	9.221.818	DEZ/2030
Parcelamento PERTIRFB INSS	754.325	6.953.514	7.707.839	DEZ/2030
REFIS LEI 12.996 COD. 4750 – Consolidado	1.055.040	10.462.297	11.517.337	NOV/2029
REFIS LEI 12.996 COD. 4737 – Consolidado	394.932	3.633.931	4.028.863	FEV/2029
REFIS LEI 12.996 COD. 4743 – Consolidado	296.440	1.746.436	2.042.876	OUT/2025
REFIS LEI 12.996 COD. 4720 – Consolidado	324.299	3.215.969	3.540.268	NOV/2029
TOTAIS	3.699.070	34.359.931	38.059.001	

A Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC. Em 2017 aderimos ao REFIS DO PERT instituído pela Lei nº 13.496 de 24/10/2017, o qual optamos por parcelar em 145 meses os débitos com INSS/COFINS, sendo consolidado neste exercício.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis, conforme demonstradas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA BASE	PROVISÃO EM	PROVISÃO EM
	31/DEZ./18	31/DEZ./18	31/DEZ./17
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	4.809.301	7.030.909	4.809.302
Possível	44.981.164		-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	4.461.715	5.666.762	4.461.715
Possível	856.038		-
TOTAIS	55.108.218	12.697.671	9.271.017

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Prefeitura de Aracaju	17.211.480	17.211.480
Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	117.677.015	69.102.668
Secretaria do Planejamento – SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária – INCRA	228.789	228.789
TOTAL	137.316.394	88.742.045

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL
Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 11.447.648, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infraestrutura, em nome do Governo do Estado de Sergipe, mediante convênios cujos recursos foram aplicados em diversas obras de água e esgotamento sanitário.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 15.000.000.000 de ações. Em 31/ dez./18 o capital social integralizado era de R\$ 899.488.607, composto por 10.362.771.972 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 8.600.000.000 de ações ordinárias e 1.762.771.972 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	8.599.999.537	1.737.662.695	10.337.662.232	897.309.082
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCs	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTAIS	8.600.000.000	1.762.771.972	10.362.771.972	899.488.607

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2018 e 2017.

NOTA 12. PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) joias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias. O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

Auxílio-Desemprego

O auxílio-desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio-desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio-desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio-desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previstos, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2018 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 2.472.262, sendo o valor de R\$ 2.101.423 destinados aos fundos e R\$ 370.839 para o custeio das despesas de administração. Na data de 31/dez./18 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 470 associados.

NOTA 13 – RECEITAS

A) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	473.859.310	445.809.145
Receitas de Esgoto	98.860.220	86.066.638
Receitas de Outros serviços	51.789.385	39.385.474
Receitas a Faturar	4.133.981	6.780.659
Total das Receitas Operacionais	628.642.896	578.041.916
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(47.415.822)	(43.455.181)
PIS/PASEP	(10.286.899)	(9.432.201)
Total das deduções	(57.702.721)	(52.887.382)
Total da Receita Operacional Líquida	570.940.175	525.154.534

NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Pessoal	(169.469.246)	(130.800.713)
Material	(36.152.614)	(34.973.069)
Serviços de Terceiros	(182.663.727)	(110.044.009)
Depreciação	(34.814.721)	(33.670.711)
Outros custos	(2.543.763)	(347.394)
Total dos Custos dos Serviços	(425.644.071)	(309.835.896)

NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Despesas Comerciais		
Pessoal	(35.456.628)	(33.138.259)
Material	(130.311)	(430.093)
Serviços e Terceiros	(1.205.118)	(15.661.532)
Perdas de Crédito	(29.406.242)	(38.290.814)
Outras despesas comerciais	(133.511)	(268.950)
Total das Despesas Comerciais	(66.331.810)	(87.789.648)
Despesas Administrativas		
Pessoal	(49.161.810)	(65.323.587)
Material	(454.917)	(1.576.990)
Serviços de Terceiros	(5.445.946)	(34.759.301)
Depreciação	(5.978.529)	(5.282.200)
Outros Custos	(5.677.524)	(5.473.562)
Total das Despesas Administrativas	(66.718.726)	(112.415.640)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2018

Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO**
Rua Campo do Brito, 331 - Praia 13 de Julho, Aracaju-Sergipe
CEP: 49.020-380
Telefone: (79) 3226-1000 - Site: www.deso-se.com.br
CNPJ (MF): 13.018.171/0001-90

1) OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 "g", a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2)- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que

aprovou a NBC TG 27 (R2)

-Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **DESO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **DESO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **DESO**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **DESO** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) ÊNFASE:

5.1) Contratos de Concessão

Conforme mencionado na Nota Explicativa "1", a Companhia presta serviços para 72 municípios do Estado de Sergipe, mediante contratos de concessão com prazos que variam de 20 a 30 anos, sendo que, 14 contratos encontram-se vencidos e os contratos vigentes não atendem a Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras para concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 - Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para

definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2018.

6) OUTROS ASSUNTOS

6.1) Relatório da Administração

A administração da **DESO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração,

somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 07 de Março de 2018, com opinião modificada contendo as mesmas ressalvas.

Aracaju/SE, 26 de fevereiro de 2019

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O "S"SE

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"SE
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"SE

Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, à vista do Relatório dos Auditores Externos – AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S, com data de 26 de FEVEREIRO de 2019 com ressalva, elabora-

do de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Exceto pela ressalva e parágrafo de ênfase apontados no Relatório da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria Inde-

pendente AUDIMEC – Auditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se), 28 de março de 2019.
Antônio Correia Dantas Filho
Jairo Henrique Cordeiro de Menezes
Luciana Maria Rocha Moreira